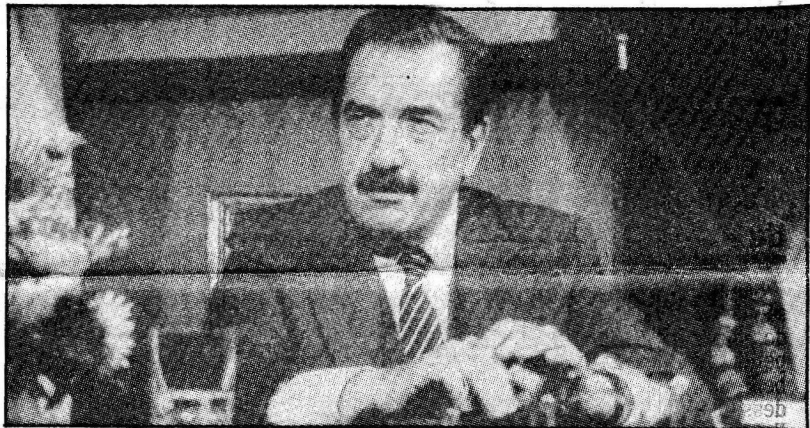




A queda das reservas argentinas não deixa ao Presidente Alfonsín a alternativa da moratória

Argentina foi a primeira a recusar fórmula do Fundo

MÔNICA YANAKIEW
Correspondente

BUENOS AIRES —

Imitados depois pelos peruanos e brasileiros, os argentinos foram os primeiros da América Latina a jogar fora a velha fórmula do Fundo Monetário Internacional (FMI) de combate à inflação: redução drástica dos gastos públicos e salários, e aumento dos impostos. Mas foram também os únicos que, ao adotarem um plano heterodoxo chamado Austral, não endureceram seu discurso com os credores.

Com dois anos, o Plano Austral — que em 1985 congelou preços, salários e câmbio e reduziu de 30% para 3% a inflação mensal — está enterado. Sem credibilidade para reeditá-lo, o Governo argentino tampouco pôde frear a inflação dos últimos meses, que em agosto chegou a 13,7%. E por isso perdeu as eleições do último dia 6 de setembro, para Governadores e Deputados Federais.

Mesmo assim, quem negociará agora com o FMI será o mesmo Ministro da Economia, Juan Sourrouille, cuja equipe criou o choque heterodoxo argentino e exportou versões semelhantes para o Peru e o Brasil. Será um Sourrouille mais forte, que sentará à mesa dos credores.

Um dos poucos Ministros de Estado argentinos confirmados no seu cargo depois da derrota eleitoral, ele já disse que seguirá mantendo a mesma linha de antes do dia 6: apresentará ao FMI um plano para recuperar a economia aos poucos, promete cumprir metas (apesar de não ter cumprido nenhuma das duas cartas de intenção assinadas este ano), e pedirá a redução dos juros da dívida de US\$ 54 bilhões.

O Partido Justicialista (peronista), da Oposição, pregou uma moratória negociada na campanha eleitoral, e ganhou. Mas os votos que a União Cívica Radical (UCR), do Governo, perdeu não mudarão a política econômica de Sourrouille. A Argentina não pode nem ameaçar a moratória: suas reservas internacionais líquidas estão entre US\$ 400 milhões e US\$ 800 milhões (o número oficial jamais foi divulgado). E, com tão pou-



Sourrouille, fortalecido

co dinheiro, o país sobreviveria apenas mais um mês.

Até o momento, o Governo americano, temendo uma adesão argentina à moratória brasileira, tem jogado um papel fundamental nas negociações com o FMI e os bancos privados. No dia 15 de abril, depois de uma rodada de negociações, o Secretário da Fazenda, Mario Brodersohn, com um sorriso afirmou: "Eu, que estava acostumado a viajar para os Estados Unidos, ficarei sem trabalho até 1992." Naquele ano, vencerão apenas US\$ 282 milhões, já que a maior parte da dívida de US\$ 54 bilhões foi refinanciada e vencerá somente no ano 2000.

Esta semana, no entanto, Brodersohn volta aos EUA para dizer que, lamentavelmente, com os juros subindo e os preços dos produtos básicos exportados pela Argentina caindo, o País jamais poderá recuperar sua economia. Mas não poderá pressionar demais, já que precisa do FMI a liberação imediata do primeiro de cinco empréstimos de US\$ 210 milhões, e de um sinal verde para os bancos privados.

Somente com esse aval, conseguirá os US\$ 750 milhões prometidos e poderá dedicar-se a colocar em prática um plano interno. Esse plano para a recuperação já existe, e foi anunciado no dia 20 de julho: abertura gradual do mercado argentino para importações (para controlar os preços da indústria nacional) e privatização das estatais (inclusive da exploração e comercialização do petróleo, cujo monopólio pertence à empresa Yacimientos Petrolíferos Federales — a única do ramo que deu prejuízo).

O Plano também prevê medidas ortodoxas, que agradam ao FMI: aumento dos impostos (para pagar os gastos do Governo e reduzir o déficit público de 8% do Produto Interno Bruto). O PIB argentino é de US\$ 75 bilhões e o déficit público, de acordo com as promessas do Governo ao Fundo, deveria estar em 2,5%.

Alfonsín, no entanto, diz que a política econômica de Sourrouille é boa e será mantida. Com os credores, com os quais a Argentina pretende continuar negociando nos mesmos termos de antes, a pressão será por uma redução dos juros. Numa reunião de Alfonsín com os Presidentes José Sarney e Julio María Sanguinetti, do Uruguai, os três assinaram um documento pedindo a redução dos juros. E é essa a proposta que será agora levada pelos argentinos ao FMI.